

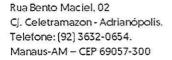
TERMO DE CONTRATO Nº 19/2020 - SEJUSC

TERMO DE CONTRATO Nº 019/2020 -SEJUSC. DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO **EQUIPAMENTO** DE SONORIZAÇÃO, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO AMAZONAS. POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC, e UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

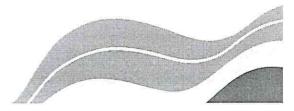
Aos 05 (cinco) dias do mês de novembro de 2020, nesta cidade de Manaus, o ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por seu Secretário Titular, o Sr. WILLIAM ALEXANDRE SILVA DE ABREU, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, Rua Waldemar Jardins Maués, nº 697. Condomínio Vila Gaia, Bairro Colônia Japonesa, CEP: 69.098-455, portador da C.I. nº 1480575-8 - SSP/AM, e do CPF n° 708.632.962-20 e a empresa UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA. - EPP, doravante designada simplesmente CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.051.189/0001-30, com sede à Rua Manaus, 31/A, bairro Coroado, Manaus - AM, CEP: 69082-190, neste ato representada pela sua Representante Legal, a Sra. MAYARA DE SOUZA MACEDO, brasileira, solteira, empresaria, portadora do RG nº 2414050-3 - SSP/AM e inscrita no CPF sob o nº 003.465.712-60, residente e domiciliado à Rua Zoizita, nº 24, Bairro: Tancredo Neves, CEP: 69.087-011, doravante designado CONTRATADO, celebram o presente CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EQUIPAMENTO DE SONORIZAÇÃO, em consequência do Registro de Dispensa de Licitação nº 033/2020, tendo em vista o que consta no Processo nº 4445/2020 -SEJUSC, celebrado, conforme minuta aprovada pela PGE no processo nº. 481/97-PGE, que se regerá pelas normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de Pessoa Jurídica para a Prestação dos Serviços de locação de equipamento de sonorização para realização de campanhas alusivas ao outubro rosa, novembro azul e dezembro vermelho, na qual deverão ser realizados até 13 (treze) eventos desta Secretaria, conforme especificações e condições estabelecidas no Projeto Básico, constante do Processo, o qual se encontra devidamente rubricado pelas partes e passa a integrar o presente instrumento como se nele estivesse transcrito.





Secretaria de Justica, Direitos Humanos e Cidadania





CLÁUSULA SEGUNDA: DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E PRAZO DE ENTREGA — O serviço de locação de equipamento de sonorização será prestado em localidades e datas a serem combinados entre esta SEJUSC e a contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR – O valor total do presente Contrato é de R\$ 41.080,00 (quarenta e um mil e oitenta reais).

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO — As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 21101; Programa de Trabalho: 14.122.0001.2001.0001, Natureza da Despesa: 33903912, Fonte: 121, tendo sida emitida pelo CONTRATANTE, em 28/10/2020 a Nota de Empenho nº 2020NE00510, no valor de R\$ 41.080,00 (quarenta e um mil e oitenta reais).

CLÁUSULA QUINTA: DA FORMA DE PAGAMENTO – O pagamento à CONTRATADA será efetuado por meio da Nota de Empenho em conta bancária da Contratada e de acordo com os valores fixados na cláusula anterior, mediante apresentação de fatura devidamente atestada pelo setor competente da CONTRATANTE, fatura essa que será processada e paga segundo a legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA: PRAZO DO CONTRATO - O prazo de vigência deste Contrato será de 03 (três) meses a contar da assinatura do contrato, conforme estipulado no Projeto Básico.

PARÁGRAFO ÚNICO: O CONTRATANTE é obrigado a rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE - A Contratante responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Contratante:

 I – Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II - Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

Parágrafo Primeiro: Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da execução do objeto contratual.

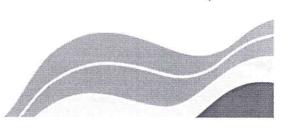
PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

UPK

Jon.



Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania





PARÁGRAFO TERCEIRO: A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA NONA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO: A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei n.º 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

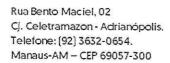
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO - O presente contrato poderá ser rescindido:

I - ADMINISTRATIVAMENTE, PELO CONTRATANTE:

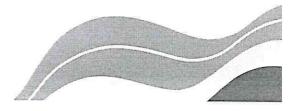
- 1. Pelo não cumprimento por parte do CONTRATADO de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- 2. Em razão do cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- 3. Pelo atraso injustificado do pagamento dos servidores:
- 4. Pela paralisação do fornecimento, sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 5. Pelo cometimento reiterado de atraso no pagamento dos servidores;
- 6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- 7. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 8. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- Incidir o CONTRATADO em qualquer outra falta enquadrável nas prescrições da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA - Os débitos da Contratada para com o Contratante, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em





Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania





Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO - A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria-Geral do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO - Obriga-se o CONTRATADO, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente contrato, e elege seu domicílio contratual, o da Cidade de Manaus, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

De tudo, para constar, foi lavrado o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Manaus, 05 de novembro de 2020.

WILLIAM ALEXANDRE SILVA DE ABREU

Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

MAYARA DE SOUZA MACEDO

UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA.

TESTEMUNHAS:

NOME Mariana Chaves Villela

NOME

Mayana Vieira Amorim

CPF

009.508.242.59

CPF:

979.070.812 - 20

RG

2495827-1

OAB/AM

13.474

ASS

ASS

